



Sinopse Econômica 111

ABRIL DE 2002

Fechamento da edição: 02/05/02

BNDES\ Área de Planejamento - Tel: (021) 2277-7369

e-mail: aalem@bndes.gov.br

Endereço na Internet - <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/>

Equipe Técnica: Ana Claudia Alem e Filipe Lage de Sousa

Apoio: Jenny Iijima Valente

1) Política Econômica

O Brasil e a economia mundial: perspectivas de crescimento em 2002

Segundo o IBGE, o PIB apresentou um crescimento real de 1,5% - em 2001, ante 2000. A expansão modesta no ano passado decorreu da combinação de uma série de fatores: i) aumento das taxas de juros; ii) racionamento de energia; iii) crise argentina; e iv) desaceleração da economia mundial. Para o ano de 2002, as principais instituições financeiras no Brasil projetam um crescimento de 2,5% em média – ver anexo Estatístico.

Os indicadores mais recentes mostram que o desempenho do nível de atividade tem ficado abaixo do esperado – ver seção Nível de Atividade. Segundo a Sondagem Industrial Trimestral da CNI – uma pesquisa qualitativa - referente ao período de janeiro/março, os indicadores do nível de atividade não apenas mostraram uma queda em relação aos observados no último trimestre de 2001, como foram inferiores aos registrados no primeiro trimestre daquele ano. O indicador varia de 0 a 100, sendo que os valores acima de 50 mostram uma evolução positiva. Segundo a CNI, os índices de evolução da produção, faturamento e emprego ficaram abaixo da linha de 50 pontos no primeiro trimestre do ano.

Os principais resultados da pesquisa da CNI são confirmadas pela 143ª Sondagem Conjuntural da Indústria de Transformação – também uma pesquisa qualitativa - divulgada pela FGV. Segundo esta instituição, o nível de utilização da capacidade instalada dessazonalizado de abril foi 1,3 ponto percentual abaixo do registrado em janeiro de 2002.

Apesar dos resultados relativamente desapontadores do primeiro trimestre, ambas as pesquisas mostram um maior otimismo dos empresários quanto ao desempenho do nível de atividade nos próximos meses. Vale ressaltar, entretanto, que uma recuperação mais acelerada da economia estará limitada pelo movimento de redução das taxas de juros domésticas. Na última reunião do COPOM, o Banco Central decidiu manter inalterada a taxa de juros básica, em 18,5%, sinalizando uma desaceleração do movimento de redução dos juros, tendo em vista a prioridade de controle da inflação – ver seção Mercado Financeiro.

SUMÁRIO

2) Nível de Atividade:	
O INA de março.....	3
3) Inflação:	
A evolução dos preços em abril.....	5
4) Finanças Públicas:	
As NFSP no ano de 2002.....	6
5)-Mercado Financeiro:	
Banco Central mantém as taxas de juros básicas em 18,5% ao ano.....	8
6) Setor Externo:	
A Balança comercial acumulou um superávit de US\$ 1,5 bilhões no ano.....	10
7) Operações do BNDES e da FINAME.....	12
8) Anexo Estatístico.....	14

No que diz respeito às perspectivas de crescimento da economia mundial, vale a pena comentar as últimas projeções divulgadas pelo FMI na sua publicação World Economic Outlook (WEO) de abril de 2002. De acordo com o FMI, o processo recessivo mundial foi revertido, havendo sinais claros de retomada de uma trajetória de crescimento da economia mundial.

Segundo o WEO, a economia mundial deverá crescer cerca de 3% em 2002, ante o crescimento de 2,5% registrado em 2001 – ver Tabela 1.1. Apesar deste número não ser expressivamente superior à expansão registrada em 2001, vale ressaltar que está significativamente acima do número projetado em dezembro de 2001: àquela data, o FMI estimava um crescimento de apenas 0,4% em 2002. Ou seja, a recuperação veio em ritmo mais acelerado do que o esperado. Espera-se uma aceleração do crescimento em 2003, quando a expansão média mundial deverá ser de 4%. Para os países desenvolvidos, a projeção é de uma expansão média em torno de 2% em 2002, enquanto que se estima um crescimento médio de 4% para os países em desenvolvimento.

A projeção de crescimento do Brasil para 2002 está em linha com a média das instituições financeiras no Brasil, de 2,5%. Tendo em vista os graves desdobramentos da “crise” Argentina, o FMI prevê uma queda real do PIB daquele país entre 10 e 15% em 2002. O FMI enfatiza que os impactos negativos da “crise” Argentina, pelo menos até agora, foram limitados, não trazendo maiores transtornos para a maioria dos países da América Latina - com exceção do Uruguai.

Caberá à economia dos EUA liderar a recuperação mundial, devendo registrar um crescimento do PIB de 2,3%, significativamente superior ao 1,2% registrado em 2001. Para 2003, projeta-se um crescimento de 3,4% do PIB norte-americano. O Japão permanece sendo uma fonte de preocupações, devendo registrar uma queda real do PIB em torno de 1% em 2002, ante 2001. Dentre as economias em desenvolvimento, destacam-se as projeções de crescimento da China e Índia, de 7,0% e 5,5%, respectivamente, em 2002.

TABELA 1.1
CRESCIMENTO REAL DO PIB (%) - FMI

	2000	2001	2002(1)	2003(1)
<i>Economia Mundial</i>	4,7	2,5	2,8	4,0
<i>Países Desenvolvidos</i>	3,9	1,2	1,7	3,0
<i>Países em Desenvolvimento</i>	5,7	4,0	4,3	5,5
EUA	4,1	1,2	2,3	3,4
Japão	2,2	-0,4	-1,0	0,8
União Européia	3,4	1,7	1,5	2,9
Alemanha	3,0	0,6	0,9	2,7
França	3,6	2,0	1,4	3,0
Itália	2,9	1,8	1,4	2,9
Reino Unido	3,0	2,2	2,0	2,8
Canadá	4,4	1,5	2,5	3,6
Coréia	9,3	3,0	5,0	5,5
Taiwan	5,9	-1,9	2,3	4,8
China	8,0	7,3	7,0	7,4
Índia	5,4	4,3	5,5	5,8
Brasil	4,5	1,5	2,5	3,5
México	6,6	-0,3	1,7	4,9
Argentina	-0,8	-3,7	-10,0/-15,0	0/-3,0

Fonte: World Economic Outlook - FMI, abril de 2002.

Nota: (1) Projeções.

NB

2) Nível de Atividade

O desempenho em fevereiro

O índice de produção física da indústria calculado pelo IBGE mostrou um crescimento na taxa dessazonalizada de 0,3% em fevereiro de 2002, comparado com o mês anterior – ver Gráfico 2.1. Esse foi o quarto aumento consecutivo desse índice neste tipo de comparação, o que resultou num crescimento de 4,8% nos últimos cinco meses. No entanto, verificou-se uma retração de 1,4% ao comparar com fevereiro do ano passado. E no acumulado desse ano, o declínio foi de 1,3%, ante o mesmo período do ano passado. No acumulado dos últimos 12 meses até fevereiro, houve uma modesta elevação de 0,2%, ligeiramente inferior aos 0,5% registrados no acumulado até janeiro.

Ao observar esse índice por categorias de uso, verificou-se que três apresentaram crescimento em fevereiro, ante janeiro – ver Gráfico 2.2. A exceção foi a de bens de consumo semiduráveis e não duráveis com uma queda dessazonalizada de 1,1%. Destacou-se o crescimento dessazonalizado de 5,3% da produção física de bens de capital, em fevereiro, ante janeiro. Os bens de consumo duráveis e bens intermediários, por sua vez, apresentaram um aumento de 1,2% de sua produção física no período.

No confronto com fevereiro de 2001, o setor de bens de capital foi o único a apresentar crescimento, de 4,6%. A produção física de bens de consumo duráveis teve um declínio de 10,6% em relação a fevereiro de 2001. Já a categoria de bens intermediários mostrou uma redução de 1,6% e a de bens de consumo semiduráveis e não duráveis, 0,2% em fevereiro de 2002, ante o mesmo mês do ano passado.

No acumulado de 12 meses até fevereiro, o setor de bens de capital se destacou com um crescimento de 9,8%. A categoria de bens de consumo semiduráveis e não duráveis também apresen-

GRÁFICO 2.1
INDICADORES DO NÍVEL DE ATIVIDADE
COM AJUSTE SAZONAL - 1999=100

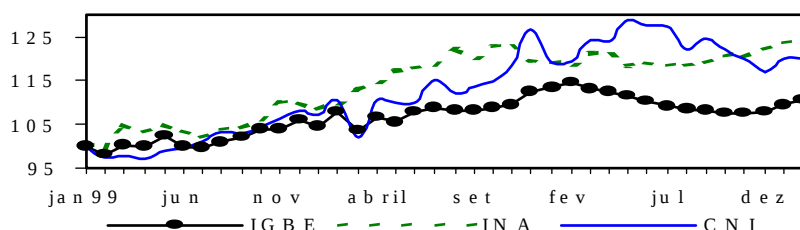
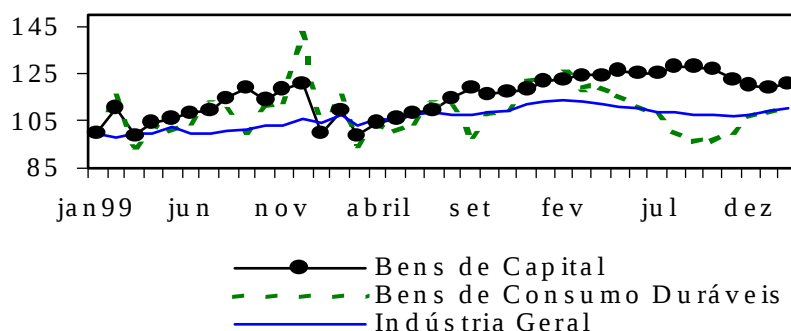


GRÁFICO 2.2
PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL - IBGE
COM AJUSTE SAZONAL - JAN 99=100



tou uma elevação de 1,8% nos últimos 12 meses. No entanto, as produções físicas de bens intermediários e de bens de consumo duráveis declinaram, , 1,4% e 3,3%, respectivamente, nesse tipo de comparação.

Segundo a CNI, as vendas reais da indústria aumentaram 0,13% na taxa dessazonalizada em fevereiro, ante janeiro. Na comparação com igual mês do ano anterior, esse indicador obteve uma ligeira queda de 0,08%. Por último, o nível de utilização da capacidade instalada dessazonalizado permaneceu estável em 80%.

O INA de Março

Segundo a FIESP, o INA apresentou em março uma redução dessazonalizada de 1,7% ante fevereiro. Contra o mesmo mês de 2001, houve um declínio de 4,8%. No ano de 2002, o indicador acumula uma redução de 2,8%, ante igual período do ano anterior.

A Produção de Autoveículos em Março

Conforme a Anfavea, a produção nacional de veículos apresentou uma elevação de 22,6% em março contra fevereiro. Na comparação com março de 2001, ocorreu uma redução na produção de 14,4%. No acumulado do ano, o número de autoveículos produzidos caiu 8,8% em 2002 comparados com o mesmo período do ano anterior - ver Gráfico 2.3.

A Taxa de Desemprego em Março

A taxa de desemprego aberto do IBGE em março foi de 7,1%, ligeiramente acima dos 7,0% registrados no mês anterior. Ao comparar com mesmo mês do ano passado, verifica-se um aumento substancial na taxa de desemprego, a qual registrou 6,5% em março de 2001 – ver Gráfico 2.4. A taxa média do desemprego de janeiro a março desse ano ficou em 7,0%, superior aos 6,0% do mesmo período de 2001.

GRÁFICO 2.3
PRODUÇÃO DE AUTOVEÍCULOS - ANFAVEA
EM MIL UNIDADES

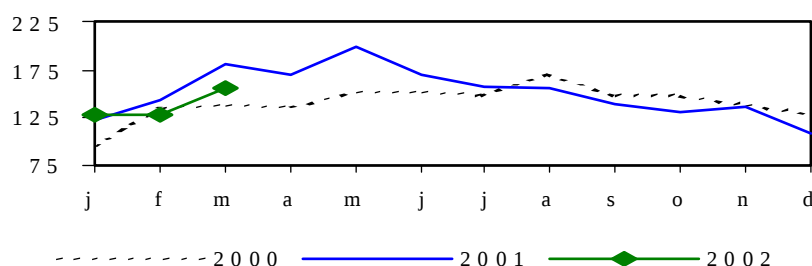
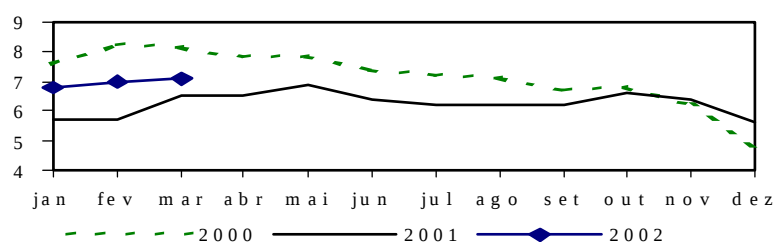


GRÁFICO 2.4
TAXA DE DESEMPREGO ABERTO - IBGE (%)



3) Inflação

Índices de Preços de Março e Núcleo de Inflação

O IGP-DI de março apresentou uma variação de 0,11% e o IPC-PIPE, de 0,07%; contra 0,18% e 0,26%, respectivamente, em fevereiro de 2002 - ver Tabela 3.1. No entanto, o IPCA apresentou o valor de 0,60% em março, superior aos 0,36% registrados em fevereiro de 2002. A inflação média desses três índices de preço foi de 0,26% em março, não muito diferente à média de 0,27% registrada em fevereiro. No acumulado de 12 meses, a média desses índices mostrou uma taxa anual de 7,97% até março de 2002, inferior aos 8,30% registrados no acumulado 12 meses até fevereiro de 2002.

O núcleo de inflação atingiu o valor mensal de 0,50% em março, superior aos 0,44% de fevereiro. No acumulado de 12 meses até março, o núcleo de inflação apresentou uma taxa de variação de 7,46%, abaixo dos 7,50% registrados no acumulado 12 meses até fevereiro - ver Gráfico 3.1.

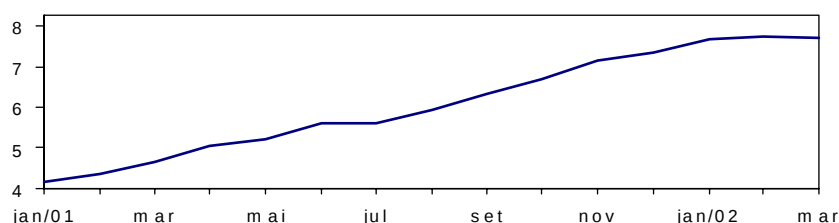
A Evolução dos Preços em Abril

O Índice de Preços ao Consumidor, divulgado pela FIPE, registrou, na terceira quadrissemana de abril, uma variação nos preços de 0,06%, mostrando uma queda comparada aos 0,08% registrada na segunda prévia de abril. O item Transportes obteve o maior aumento entre todos, com elevação dos preços de 2,23%, bem superior aos 0,94% registrados em todo o mês de março. Os dois itens com maior peso no índice, Habitação e Alimentação, apresentaram deflação de 0,51% e 0,85%, respectivamente. Os outros itens tiveram aumento nos preços abaixo de 0,50%, mais especificamente: Despesas Pessoais (0,34%); Saúde (0,28%); Vestuário (0,16%); e Educação (0,05%).

TABELA 3.1
INFLAÇÃO MENSAL (%)

M ê s	Índices de preços			
	IG P - D I	IP C A	F I P E	M é d i a
m a r 0 1	0 , 8 0	0 , 3 8	0 , 5 1	0 , 5 6
a b r	1 , 1 3	0 , 5 8	0 , 6 1	0 , 7 7
m a i	0 , 4 4	0 , 4 1	0 , 1 7	0 , 3 4
j u n	1 , 4 6	0 , 5 2	0 , 8 5	0 , 9 4
j u l	1 , 6 2	1 , 3 3	1 , 2 1	1 , 3 9
a g o	0 , 9 0	0 , 7 0	1 , 1 5	0 , 9 2
s e t	0 , 3 8	0 , 2 8	0 , 3 2	0 , 3 3
o u t	1 , 4 5	0 , 8 3	0 , 7 4	1 , 0 1
n o v	0 , 7 6	0 , 7 1	0 , 6 1	0 , 6 9
d e z	0 , 1 8	0 , 6 5	0 , 2 5	0 , 3 6
j a n 0 2	0 , 1 9	0 , 5 2	0 , 5 7	0 , 4 3
f e v	0 , 1 8	0 , 3 6	0 , 2 6	0 , 2 7
m a r	0 , 1 1	0 , 6 0	0 , 0 7	0 , 2 6

GRÁFICO 3.1
NÚCLEO DE INFLAÇÃO (%)
TAXA ACUMULADA EM 12 MESES



A Fipe projeta para fim de abril uma taxa mensal de 0,10%, abaixo da projeção inicial, que era de 0,20%. Se essa expectativa se confirmar, o índice apresentará um valor ligeiramente superior ao de março, quando registrou 0,07%.

O IGP-M em Abril

O IGP-M registrou um crescimento de 0,56% nos preços em abril, bem acima dos 0,09% de março. No acumulado em 12 meses até abril, o resultado ficou em 8,92%, abaixo dos 9,40% registrados nesse acumulado até março. Já no acumulado do ano, o IGP-M ficou em 1,07%. O IPA-M, o IPC-M e o INCC-M registraram em abril altas de 0,52%, 0,72%, e 0,32%, respectivamente.

4) Finanças Públicas

As NFSP no ano de 2002

O déficit público nominal – sem considerar a desvalorização nominal - foi de 3,95% do PIB no acumulado janeiro/março de 2002, ante os 1,03% do PIB de igual período de 2001 – ver Tabela 4.1.

As despesas com os juros nominais sobre a dívida pública atingiram 7,79% do PIB no período, contra os 6,47% do PIB de janeiro a março de 2001. Em relação ao resultado primário, houve um superávit de 3,84% do PIB no acumulado no ano até março de 2002, ante um superávit de 5,44% do PIB em jan/mar de 2001.

TABELA 4.1
NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO (NFSP)(1) -
em % do PIB
SEM DESVALORIZAÇÃO CAMBIAL

	2001		2002
	jan-mar	Ano	jan-mar
<i>Nominal</i>	1,03	3,54	3,95
Governo Central	0,65	2,06	1,60
Governo Federal	1,65	2,18	1,38
Banco Central	-1,01	-0,13	0,22
Governos Regionais	0,92	2,04	0,79
Governos Estaduais	1,14	1,94	0,69
Governos Municipais	-0,22	0,10	0,10
Empresas Estatais	-0,53	-0,55	1,56
Empresas Estatais Federais	-0,73	-0,66	1,63
Empresas Estatais Estaduais	0,21	0,10	-0,06
Empresas Estatais Municipais	-0,01	0,01	-0,01
<i>Juros Nominais</i>	6,47	7,29	7,79
Governo Central	3,38	3,97	5,42
Governo Federal	4,44	4,15	5,25
Banco Central	-1,06	-0,19	0,18
Governos Regionais	2,49	2,93	1,96
Governos Estaduais	2,17	2,56	1,63
Governos Municipais	0,32	0,37	0,33
Empresas Estatais	0,60	0,39	0,41
Empresas Estatais Federais	0,01	-0,03	0,05
Empresas Estatais Estaduais	0,57	0,40	0,35
Empresas Estatais Municipais	0,01	0,02	0,01
<i>Primário</i>	-5,44	-3,75	-3,84
Governo Central	-2,74	-1,91	-3,82
Governo Federal	-3,50	-3,04	-4,94
Banco Central	0,05	0,06	0,04
INSS	0,71	1,07	1,07
Governos Regionais	-1,57	-0,90	-1,17
Governos Estaduais	-1,03	-0,62	-0,94
Governos Municipais	-0,54	-0,28	-0,24
Empresas Estatais	-1,13	-0,94	1,16
Empresas Estatais Federais	-0,74	-0,63	1,58
Empresas Estatais Estaduais	-0,36	-0,30	-0,41
Empresas Estatais Municipais	-0,02	-0,01	-0,02

Fonte: Banco Central do Brasil.

Nota: (1) (-)=superávit.

A evolução das receitas federais

Segundo a Secretaria da Receita Federal (SRF), a arrecadação apresentou uma expansão real de 5,5% em março de 2002, ante o mesmo mês de 2001. No acumulado no ano até março, o total da arrecadação federal registrou um crescimento real de 14,5%, ante igual período do ano anterior.

A participação dos títulos públicos por indexador

A participação dos títulos indexados ao câmbio no total de títulos públicos federais permaneceu estável em março, ante o resultado de fevereiro, em 28,7%. Os títulos indexados à taxa over/SELIC tiveram uma redução de sua participação de 52,7% em fevereiro para 51,2% em março, o que decorreu dos resgates líquidos de R\$ 17 bilhões em LFT- ver Tabela 4.2. Os títulos prefixados, por sua vez, registraram um aumento de sua participação de 7,5% do total em fevereiro, para 9,1% em março, como resultado das emissões líquidas de R\$ 8,7 bilhões em LTN.

A dívida líquida do setor público

A dívida líquida do setor público – excluindo base monetária - foi de 50,6% em março de 2002 – ver Tabela 4.3. Incluindo-se a base monetária, a dívida líquida foi de 54,5% do PIB.

TABELA 4.2
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS:
PARTICIPAÇÃO POR INDEXADOR (%)

Indexadores	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002(mar)
Câmbio	5,3	9,4	15,4	21,0	24,2	21,7	28,6	28,7
SELIC	37,8	18,6	34,8	69,1	61,1	52,4	52,8	51,2
Prefixados	42,7	61,0	40,9	3,5	9,2	15,3	7,8	9,1
Índices de Preços	5,3	1,8	0,3	0,4	2,4	5,9	7,0	8,6
Outros	8,9	9,2	8,6	6,0	3,1	4,7	3,8	2,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100

Fonte: Banco Central.

TABELA 4.3
DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO - FIM DE PERÍODO (% PIB) (1)

Composição	1998	1999	2000	2001	2002 (mar)
Dívida interna	32,5	34,4	35,5	38,4	40,2
Governo Central	17,2	17,7	19,3	20,5	21,7
Gov.estaduais e municipais	14,0	15,5	15,3	17,5	17,6
Empresas estatais	1,3	1,2	0,9	0,4	1,0
Dívida externa	6,4	10,4	9,7	10,6	10,4
Governo Central	4,3	8,0	7,5	8,4	8,3
Gov.estaduais e municipais	0,7	0,9	0,9	1	1,0
Empresas estatais	1,4	1,5	1,3	1,2	1,1
Dívida total	38,9	44,8	45,2	49,0	50,6
Governo Central	21,5	25,7	26,8	28,9	30,0
Gov.estaduais e municipais	14,7	16,4	16,2	18,5	18,6
Estados	12,7	14,2	14,1	16,4	16,5
Municípios	2,0	2,2	2,1	2,1	2,0
Empresas estatais	2,7	2,7	2,2	1,6	2,1
Federais	0,5	0,3	-0,4	-1,2	-0,6
Estaduais	2,1	2,2	2,4	2,6	2,5
Municipais	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2
Base monetária	4,4	4,6	4,2	4,3	3,9
Dívida total com base monetária	43,3	49,4	49,4	53,3	54,5

Nota: (1) Exclui a base monetária.

5) Mercado Financeiro

Banco Central mantém as taxas de juros básicas em 18,5% ao ano

Na última reunião do Copom - realizada ao longo dos dias 16 e 17 de abril - o Banco Central decidiu manter a taxa Selic estável no patamar de 18,5% ao ano. A decisão decorreu da preocupação com o comportamento da inflação. Além das possíveis pressões sobre os preços dos combustíveis decorrentes da nova tendência de alta do preço internacional do petróleo, em nível interno, os preços competitivos não tem tido uma evolução dentro da esperada. Os diversos cálculos do núcleo da inflação – por médias aparadas ou exclusão – apontaram para uma inflação estável ou em aceleração em março, indicando uma relativa resistência da inflação média para se reduzir. Os reajustes dos preços livres da economia mostraram uma desaceleração em março, entretanto, em um ritmo menor do que o desejável.

No mercado futuro, as taxa de juros DI, anualizadas, projetadas para maio, junho e julho de 2002 fecharam, em 30/04, em 18,06%, 18,30% e 18,44%, respectivamente.

Novo ministro da economia assume na Argentina

Roberto Lavagna assumiu o ministério da economia na Argentina. O ministro passou no primeiro teste: desde o final do feriado bancário de 10 dias, o dólar tem ficado estável em cerca de 3 pesos. O grande desafio do novo ministro continua sendo a definição da abertura do “corralito” a curto prazo. O novo ministro pretende compartilhar com os bancos privados o ônus da devolução dos depósitos. Estuda-se uma proposta de troca de fundos por bônus federais e privados. Neste caso, os correntistas não sacariam dinheiro vivo, mas receberiam títulos para negociar no mercado secundário. Outra questão relevante será conseguir avançar na votação das medidas necessárias para efetivar um acordo com o FMI.

PIB dos EUA cresce 5,8% no primeiro trimestre

No primeiro trimestre de 2002, o PIB dos EUA apresentou uma taxa de crescimento anualizada de 5,8%, segundo o Departamento do Comércio. Foi o melhor resultado em dois anos para o primeiro trimestre e a taxa mais elevada desde o último trimestre de 1999. Entretanto, os indicadores mais recentes parecem sugerir uma certa desaceleração do crescimento no início do segundo trimestre: o indicador de atividade industrial caiu de 55,6 pontos em março, para 53,9 em abril. De qualquer forma, o índice está acima de 50, o que mostra crescimento, desde fevereiro, depois de 18 meses de contração. A confiança do consumidor, por sua vez, desacelerou-se em abril: o índice foi de 108,8, ante os 110,7 de março, segundo o Conference Board.

A evolução da taxa de câmbio

No dia 30/04, a cotação da Ptax (venda) foi de R\$ 2,3625, ante os R\$ 2,3236 registrados no final do mês de março, o que representou um aumento de 1,67% no mês – ver Gráfico 5.1.

Os contratos de US\$ futuro com fechamento em primeiro de junho tiveram, em 30/04, uma cotação de R\$ 2,3972.

A evolução do spread de risco soberano

Vale ressaltar a continuidade do “descolamento” do spread de risco soberano do Brasil em relação ao argentino; movimento iniciado no final do mês de outubro - ver Gráfico 5.2.

No mês de abril, o spread de risco país do Brasil foi de 921 em média, ante os 5535 da Argentina - ver Tabela 5.1.

GRÁFICO 5.1
Ptax VENDA

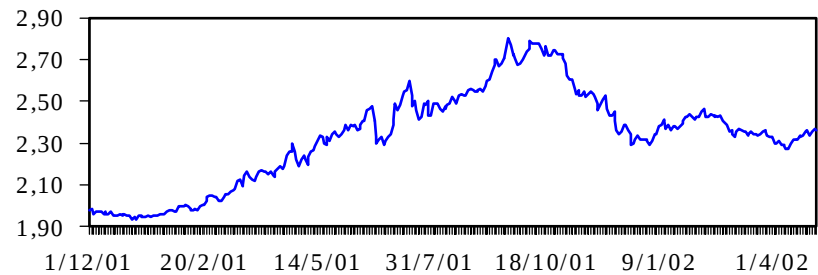


GRÁFICO 5.2
SPREAD DE RISCO SOBERANO
EVOLUÇÃO DIÁRIA

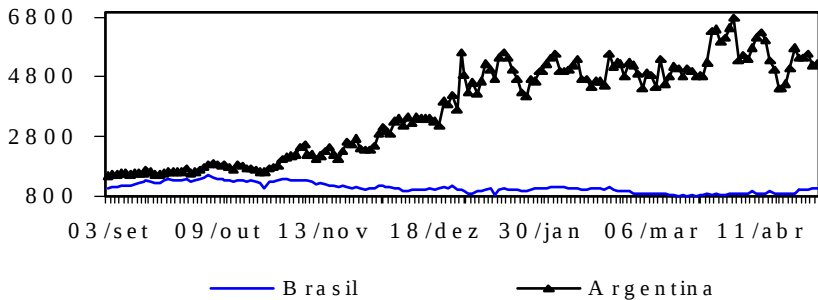


TABELA 5.1
SPREAD DE RISCO SOBERANO

M ê s	M é d i a s M e n s a i s : P a r - b o n d		
	B r a s i l	A r g e n t i n a	M é x i c o
1 9 9 9	1 2 3 3	9 0 1	7 6 9
2 0 0 0	8 9 5	8 5 7	4 2 3
j a n / 0 1	8 7 5	8 9 1	4 2 1
f e v / 0 1	8 4 8	9 0 1	4 7 9
m a r / 0 1	8 9 5	1 0 7 5	4 8 7
a b r / 0 1	9 6 6	1 1 8 1	4 6 4
m a i / 0 1	9 9 1	1 1 8 1	3 9 2
j u n / 0 1	9 7 9	1 1 2 9	3 4 8
j u l / 0 1	1 0 9 3	1 5 5 2	3 8 7
a g o / 0 1	1 0 9 5	1 6 4 8	4 0 3
s e t / 0 1	1 2 4 4	1 5 8 5	4 5 9
o u t / 0 1	1 3 3 3	1 8 0 1	4 7 7
n o v / 0 1	1 1 5 8	2 4 1 6	4 2 4
d e z / 0 1	1 0 2 2	3 5 6 4	3 5 1
j a n / 0 2	9 8 0	4 8 5 4	3 5 6
f e v / 0 2	1 0 1 9	5 0 5 5	3 3 2
m a r / 0 2	8 6 6	5 1 1 4	2 6 4
a b r / 0 2	9 2 1	5 5 3 5	2 5 2

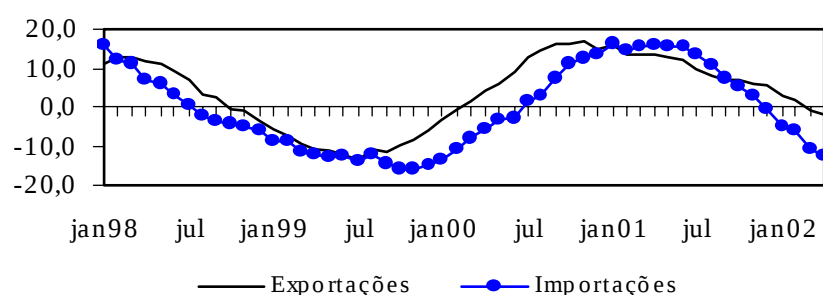
6) Setor Externo

A Balança comercial acumula um superávit de US\$ 1,5 bilhão no ano

A balança comercial registrou em abril um superávit de US\$ 481 milhões, com exportações de US\$ 4,64 bilhões e importações de US\$ 4,16 bilhões.

Com este resultado, a balança comercial acumulou no período janeiro/abril de 2002 um superávit de US\$ 1,51 bilhão, contra um déficit de US\$ 560 milhões registrados em igual período de 2002. No acumulado no ano até abril, as exportações apresentaram uma queda de 10,7% e as importações, de 21,3%, ante igual período de 2001. No acumulado em 12 meses até abril, as exportações apresentaram uma redução de 2,0% e as importações caíram 12,4% - ver Gráfico 6.1.

GRÁFICO 6.1
EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES
VARIACÃO ACUMULADA EM 12 MESES (%)



Exportações e Importações Desagregadas em Março

No acumulado de 2002 até março, as exportações apresentaram uma queda de 13,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. Já as importações mostraram um resultado mais acentuado, com uma redução de 24,9% até março de 2002, ante o acumulado do ano passado até o mesmo mês – ver Tabelas 6.1 e 6.2.

Nas exportações, todas as subitens apresentam uma redução do volume exportado no acumulado do ano até março, ante o mesmo período do ano passado. Os produtos industrializados apresentaram as reduções mais significativas: os produtos semimanufaturados apresentaram uma queda de 18,1% e os manufaturados, de 15,4%. As exportações de produtos básicos mostraram uma queda de 7,2%.

No que diz respeito às importações, novamente todas as categorias exibiram quedas na comparação do acumulado desse ano até março contra o mesmo intervalo de tempo em 2001. A importação de bens de consumo não-duráveis apresenta o resultado mais brando, pois a redução foi de apenas 10,1%. O destaque de queda ficou com o subitem automóveis, com queda de 50,4%, impactando a categoria de bens de consumo duráveis, cuja redução foi 37,4%. As importações de bens de capital e de matéria-prima e bens intermediários, por sua vez, apresentaram quedas de 25,9% e 25,2%, respectivamente, no acumulado de janeiro a março, ante o mesmo período de 2001.

Os preços das exportações continuam desfavoráveis

Os preços das exportações, principalmente dos produtos básicos e semimanufaturados, continuam caindo por causa da desaceleração da economia internacional.

De acordo com a Funcex, os preços das exportações reduziram-se 10,2% em março de 2002, contra o mesmo mês do ano passado – ver Gráfico 6.2. Os destaques dessa diminuição foram os preços dos produtos básicos e semimanufaturados, com reduções de 11,0% e 11,3%, respectivamente, de março de 2002, ante o mesmo mês de 2001. Os preços das exportações acumularam uma queda de 9,4% no ano de 2002 até março, ante o mesmo período de 2001.

TABELA 6.1
EXPORTAÇÕES POR TIPO DE PRODUTO
EM US\$ MILHÕES FOB

Itens	Jan - Mar		Var. %
	2002	2001	
Básicos	2.743	2.957	-7,2
Industrializados	8.568	10.193	-15,9
Semimanufaturados	1.782	2.175	-18,1
Manufaturados	6.786	8.019	-15,4
Ops. Especiais	579	637	-9,1
Total	11.890	13.787	-13,8

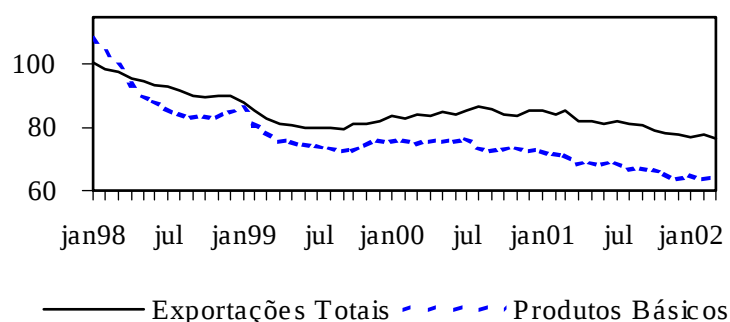
Fonte: Secex.

TABELA 6.2
IMPORTAÇÕES POR CATEGORIA DE USO
EM US\$ MILHÕES FOB

Itens	Jan - Mar		Var. %
	2002	2001	
Mat. primas e bens interm.	5.450	7.282	-25,2
Combust. e lubrificantes	1.145	1.488	-23,1
Bens de capital	2.865	3.867	-25,9
Bens de consumo	1.402	1.831	-23,4
Não-duráveis	841	935	-10,1
Automóveis	177	357	-50,4
Outros duráveis	384	539	-28,8
Total	10.862	14.470	-24,9

Fonte: Secex.

GRÁFICO 6.2
ÍNDICES DE PREÇOS DAS EXPORTAÇÕES
FUNCEX - 1996=100

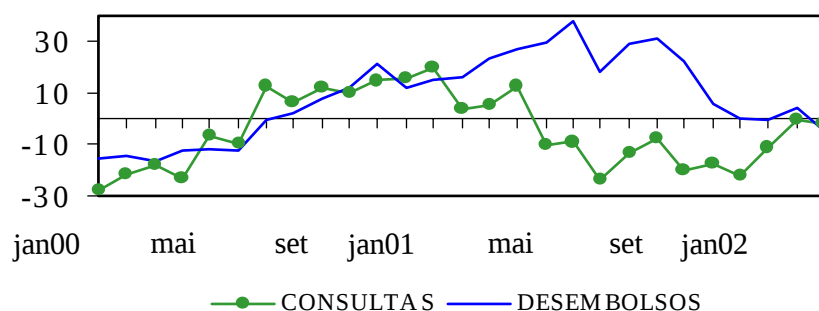


7) Operações do BNDES

A evolução dos desembolsos e das consultas

O valor real dos desembolsos de recursos do BNDES apresentou uma redução de 5% no acumulado em 12 meses até março de 2002 - ver Gráfico 7.1. O valor das consultas - pedidos de financiamento - do BNDES registrou uma queda real de 2% no acumulado em 12 meses até março de 2002.

GRÁFICO 7.1
BNDES: DESEMBOLSOS E CONSULTAS
VARIAÇÃO REAL ACUMULADA EM 12 MESES (%)
DEFLATOR: IGP-DI



Fonte: BNDES/GEREG.

Desembolsos por tipo de operação e empresa do BNDES

O valor real dos desembolsos do Sistema BNDES registrou o montante de R\$ 6,3 bilhões no acumulado no ano até março de 2002, 8% superior ao observado em igual período de 2001, ambos a preços de março de 2002 - ver Tabela 7.1.

O BNDES apresentou um crescimento real de 39% de seus desembolsos no período. Isto resultou, principalmente, da expansão real das liberações com as operações diretas. A FINAME registrou um crescimento real de 7% de seus desembolsos no acumulado no ano até março de 2002, ante mesmo período de 2001. A BNDESPAR, por sua vez, apresentou uma queda real de 91% de seus desembolsos no período.

TABELA 7.1
DESEMBOLSOS DO SISTEMA BNDES (1)
Em R\$ milhões

Itens	2002	2001	Var. %
BNDES	3.727	2.687	39
Op. Diretas	2.614	809	223
Op. Indiretas	1.113	1.878	-41
FINAME	2.479	2.326	7
BNDESPAR	76	812	-91
Total	6.281	5.825	8

Fonte: BNDES/GEREG.

Nota: (1) Valores acumulados até março de cada ano, a preços de março de 2002 - deflator IGP-DI.

A distribuição setorial dos desembolsos

A evolução dos desembolsos setoriais acumulados no ano a partir de janeiro de 2001 pode ser observada na Tabela 7.2.

No acumulado no ano até março de 2002, os destaques foram os setores de infra-estrutura e agropecuária, que apresentaram as maiores taxas reais de crescimento de suas liberações.

No período, as liberações para a indústria de transformação registraram a maior participação – de 41% - no total desembolsado – ver Tabela 7.3.

TABELA 7.2
CRESC. REAL ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)
DESEMBOLSOS (%)

Meses	AGROP.	IND.	INFRA- TRANSF. ESTRUTURA	SERVIÇOS	TOTAL
jan/01	66	129	-44	-14	44
fev	52	64	-38	-35	23
mar	61	80	-26	-15	42
abr	56	76	-21	-17	39
mai	43	79	20	-21	41
jun	41	62	17	-23	42
jul	41	50	-30	-12	13
ago	33	55	5	-26	27
set	33	50	8	-22	26
out	31	28	11	-22	17
nov	39	17	-11	-20	5
dez	31	14	-21	-24	0
jan/02	20	0	71	13	14
fev	42	-8	409	13	51
mar	45	-37	235	-2	8

Fonte: BNDES/GEREG.

Nota: (1) Em relação a igual período do ano anterior - deflator: IGP-DI.

TABELA 7.3
DESEMB. SETORIAIS DO SISTEMA BNDES (1)
Em R\$ milhões

Setores	2002	2001	Var.%	Part% 2002
TOTAL	6281	5825	8	100,0
AGROPECUÁRIA	827	570	45	13,2
IND. DE TRANSFORMAÇÃO	2592	4102	-37	41,3
METALURGIA	154	1040	-85	2,5
MECÂNICA	211	338	-38	3,4
MATERIAL DE TRANSPORTE	1253	1301	-4	19,9
CELULOSE E PAPEL	81	368	-78	1,3
QUÍMICA, P..F.,PERF.,S. E VELAS	169	112	51	2,7
PROD. ALIMENTARES E BEBIDAS	464	516	-10	7,4
OUTRAS	260	427	-39	4,1
INFRA-ESTRUTURA	2395	715	235	38,1
SERVIÇOS	402	412	-2	6,4
OUTROS	66	26	154	1,0

Fonte: BNDES/GEREG.

Nota: (1) Valores acumulados até março de cada ano, a preços de março de 2002 - deflator IGP-DI.

8) Anexo Estatístico

EVOLUÇÃO COMPARATIVA DOS INDICADORES

	IGP-M/ FGV			Dólar Comercial (var.%(1))			UMBNDDES (2)		
	no mês	no ano	12 meses	no mês	no ano	12 meses	no mês	no ano	12 meses
jan/01	0,62	0,62	9,28	0,80	0,80	9,35	0,47	0,47	6,38
fev	0,23	0,85	9,15	3,76	4,59	15,64	3,49	3,98	12,95
mar	0,56	1,42	9,59	5,69	10,54	23,70	3,90	8,03	17,66
abr	1,00	2,43	10,44	1,07	11,72	20,92	1,51	9,66	17,66
mai	0,86	3,31	11,04	8,02	20,68	29,19	8,21	18,67	25,33
jun	0,98	4,32	11,19	-2,33	17,87	28,05	-2,98	15,13	22,64
jul	1,48	5,87	11,09	5,48	24,33	36,99	5,66	21,64	32,79
ago	1,38	7,33	9,99	4,95	30,49	39,93	6,31	29,32	37,74
set	0,31	7,66	9,07	4,69	36,61	44,89	4,57	35,24	42,97
out	1,18	8,93	9,94	1,34	38,44	41,81	0,79	36,30	40,03
nov	1,10	10,13	10,82	-6,59	29,32	29,04	-6,76	27,08	27,07
dez	0,22	10,37	10,37	-8,24	18,66	18,66	-9,23	15,36	15,36
jan/02	0,36	0,36	10,09	4,22	4,22	22,68	3,60	3,60	18,95
fev	0,06	0,42	9,90	-2,90	1,20	14,81	-2,77	0,72	11,75
mar	0,09	0,51	9,39	-1,05	0,14	7,49	-0,92	-0,21	6,56
abr	0,56	1,07	8,91	1,67	1,81	8,13	2,29	2,07	7,38

Fonte: BNDES e Gazeta Mercantil.

Notas:

(1) Taxa de final de período.

(2) Variação cambial da cesta de moedas do BNDES (UMBNDDES).

QUADRO DAS PREVISÕES ANUAIS (1)

INSTITUIÇÕES	PIB(1)								IED		NEFP (%PIB)		Exportações (US\$ bilhões)		Importações (US\$ bilhões)		B Comercial (US\$ bilhões)		Saldo em C Conente (US\$ bilhões)	
	TOTAL		IND(2)		ACR		SERV				Primário									
	2002	2003	2002	2003	2002	2003	2002	2003	2002	2003	2002	2003	2002	2003	2002	2003	2002	2003	2002	2003
BBV/Banco	-	-	-	-	-	-	-	-	160	190	-3,5	-3,4	59,2	68,3	55,0	62,7	4,2	5,6	-208	-202
Citibank	2,3	3,5	2,0	4,0	4,0	3,0	2,3	3,0	170	180	-3,5	-3,5	55,0	58,3	50,5	52,3	4,5	6,0	-21,2	-21,4
Fator	2,3	3,7	1,8	4,1	4,0	6,0	2,3	3,2	165	165	-3,5	-3,6	58,3	62,8	54,3	56,4	4,0	6,4	-22,3	-20,7
Macrométrica	2,7	4,1	1,9	5,2	5,7	2,5	2,7	3,5	190	160	-3,7	-3,5	56,1	58,6	51,9	57,9	4,2	0,7	-17,6	-21,3
Rosenberg	2,2	4,0	1,3	5,0	3,0	4,0	2,6	3,4	180	201	-3,4	-3,2	-	-	-	-	-	-	-	-
Tendências	2,5	3,9	2,2	4,6	3,3	4,0	2,4	2,8	180	190	-3,5	-3,0	58,5	63,1	55,5	58,7	3,0	4,4	-21,8	-20,6
MÉDIA	2,4	3,8	1,8	4,6	4,0	3,9	2,5	3,2	17,4	18,1	-3,5	-3,4	57,4	62,2	53,4	57,6	4,0	4,6	-20,8	-20,8
DESMO PADRÃO	0,19	0,25	0,33	0,52	1,04	1,34	0,20	0,30	1,11	1,59	0,10	0,22	1,79	4,09	2,17	3,79	0,58	2,31	1,83	0,49

Nota:

(1) Variação percentual.

INFLAÇÃO - QUADRO DAS PREVISÕES

INSTITUIÇÕES	IPC-FIPE				IGP-M			
	maio	junho	julho	2002	maio	junho	julho	2002
BBV Banco	0,39	0,62	0,65	5,00	0,56	0,85	0,76	6,60
Citibank	0,45	0,50	0,65	5,32	0,56	0,43	0,65	5,49
Fator	0,35	0,55	0,60	-	0,45	0,60	0,75	5,50
Macrométrica	0,45	0,58	0,81	5,12	0,44	0,51	0,29	3,68
Rosenberg	0,36	0,68	0,72	4,80	0,70	0,48	0,73	5,50
Tendências	0,30	0,20	0,60	4,40	0,70	0,70	0,70	5,70
Média	0,38	0,52	0,67	4,93	0,57	0,60	0,65	5,41
Desvio Padrão	0,06	0,17	0,08	0,35	0,11	0,16	0,18	0,95

ÍNDICES ECONÔMICOS

mês	Taxa de variação dos preços(%)						Taxa Referencial de juros (%)	Taxa de Câmbio-venda SP R\$/US\$		
	IPCA	IPC (FIP E)	IGP-M (FGV)	IGP-DI (FGV)	IPA-DI (FGV)	IPA Ind (FGV)		Comercial Média	Comercial (1)	Paralelo (1)
jan/01	0,57	0,38	0,62	0,49	0,40	0,78	0,14	1,95	1,97	2,14
fevereiro	0,46	0,11	0,23	0,34	0,31	0,31	0,04	2,00	2,05	2,14
março	0,38	0,51	0,56	0,80	1,01	0,27	0,17	2,09	2,16	2,21
abril	0,58	0,61	1,00	1,13	1,39	0,48	0,15	2,19	2,18	2,25
maio	0,41	0,17	0,86	0,44	0,18	0,49	0,18	2,30	2,36	2,55
junho	0,52	0,85	0,98	1,46	1,96	1,59	0,15	2,38	2,30	2,52
julho	1,33	1,21	1,48	1,62	1,93	1,89	0,24	2,47	2,43	2,59
agosto	0,70	1,15	1,38	0,90	1,13	1,05	0,34	2,51	2,55	2,63
setembro	0,28	0,32	0,31	0,38	0,48	0,75	0,16	2,67	2,67	2,79
outubro	0,83	0,74	1,18	1,45	1,88	1,94	0,29	2,74	2,71	2,82
novembro	0,71	0,61	1,10	0,76	0,73	0,65	0,19	2,54	2,53	2,64
dezembro	0,65	0,25	0,22	0,18	-0,09	-0,32	0,20	2,36	2,32	2,60
Acum. Ano	7,67	7,13	10,37	10,40	11,88	10,31	2,27	-	-	-
jan/02	0,52	0,57	0,36	0,19	-0,13	-0,32	0,26	2,38	2,42	2,57
fevereiro	0,36	0,26	0,06	0,18	0,14	0,36	0,12	2,42	2,35	2,48
março	0,60	0,07	0,09	0,11	-0,11	0,04	0,18	2,35	2,32	2,45
abril	-	-	0,56	-	-	-	0,24	2,32	2,36	2,49
Acum. Ano	1,49	0,90	1,07	0,48	-0,10	0,08	0,80	-	-	-

Fonte: Gazeta Mercantil.

Nota: (1) Cotação de final de período.

REMUNERAÇÃO REAL DOS ATIVOS FINANCEIROS (%) ⁽¹⁾

Mês	Bolsa SP	Poupança	Over	Ouro-Spot	Paralelo	Comercial	CDB
jan/01	15,10	0,02	0,64	-2,85	-2,44	0,18	0,38
fev	-10,28	0,31	0,79	2,35	-0,23	3,52	0,74
mar	-9,65	0,11	0,69	0,83	2,69	5,10	0,39
abr	2,29	-0,34	0,19	2,89	0,80	0,07	0,04
mai	-2,64	-0,18	0,47	11,21	12,36	7,10	0,27
jun	-1,58	-0,33	0,29	-1,44	-2,14	-3,28	0,11
jul	-6,91	-0,73	0,01	-1,46	1,28	3,94	-0,28
ago	-7,92	-0,53	0,21	2,63	0,16	3,52	0,00
set	-17,42	0,36	1,02	13,16	5,76	4,37	0,75
out	5,60	-0,38	0,35	-5,55	-0,10	0,16	0,08
nov	12,55	-0,40	0,29	-8,18	-7,40	-7,61	0,01
dez	4,76	0,48	1,17	-2,49	-1,73	-8,44	0,89
Acum. no ano	-19,40	-1,61	6,29	9,42	8,05	7,50	3,43
jan/02	-6,64	0,40	1,17	5,20	-1,89	3,84	0,83
fev	10,25	0,56	1,19	0,16	-3,18	-2,96	0,94
mar	-5,64	0,58	1,28	0,61	-1,30	-1,14	1,00
abr	-1,37	0,64	1,39	3,35	1,54	1,58	1,06
Acum. no ano	-4,21	2,20	5,13	9,56	-4,80	1,19	3,89

Fonte: Gazeta Mercantil.

Nota: (1) Deflacionados pelo IGP-M.

CUSTO DO CRÉDITO ⁽¹⁾

Mês	TJLP	LIBOR(2) (6 meses)	Capital de Giro pré fixado(2)	Res. 63(3)	Desconto de duplicata(4)	Export notes(3)(7)	ACC(3)	Repasse do BNDES(5)	
								BNDES/FINAME automáticos	FINAME agrícola
jan01	9,25	5,45	32,90	8,82	3,10	10,26	8,19	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
fev	-	5,15	27,52	8,05	2,65	14,75	7,27	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
mar	-	4,75	32,60	8,41	3,11	-	7,20	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
abr	9,25	4,42	31,72	9,09	3,02	15,93	7,04	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
mai	-	3,99	35,82	22,02	3,32	16,46	7,12	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
jun	-	3,94	32,06	14,78	3,03	20,43	6,63	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
jul	9,50	3,73	37,81	9,32	3,55	20,11	7,04	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
ago	-	3,50	43,39	6,29	3,85	23,99	7,04	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
set	-	2,99	38,37	6,09	3,15	24,00	6,66	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
out	10,00	2,29	43,58	5,79	3,80	3,42	6,82	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
nov	-	2,05	36,36	7,37	3,29	11,14	6,27	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
dez	-	1,93	35,66	6,61	3,28	8,25	5,86	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
jan02	10,00	1,87	41,31	4,52	3,65	5,45	5,58	1,0 a 4,5	1,0 a 4,5
fev	-	1,96	31,40	5,69	2,94	9,66	5,42	1,0 a 4,5	1,0 a 4,5
mar	-	2,19	34,51	5,54	3,20	11,74	5,37	1,0 a 4,5	1,0 a 4,5
abr(6)	9,50	2,15	38,73	4,90	3,54	14,47	5,57	1,0 a 4,5	1,0 a 4,5

Fonte: Banco Central.

Notas: (1) Capital de giro, Res. 63, Desconto de duplicatas, Export notes e ACC, calculados a partir de dados do SISBACEN. (2) % ao ano. (3) % ao ano mais correção cambial. (4) Taxa antecipada - % ao mês (média mensal). (5) % ao ano + TJLP. A partir de agosto de 1997: % ao ano + TJLP + spread de risco do agente financeiro. (6) Capital de giro, Res.63, export notes, ACC e desconto de duplicatas: valores referentes a 22/04/02. (7) As significativas variações das taxas deste item nos últimos meses resultam de questões metodológicas referentes ao número de instituições pesquisadas. Para mais informações, consultar o SISBACEN.